



# **Inovações e permanências no desenho da cidade: escalas de intervenção e formas urbanas do habitar moderno em Portugal**

Tânia Liani Beisl Ramos<sup>1</sup>

## **Introdução**

A partir de meados da década de 30 do século XX, as intervenções no território português são marcadas pela acção do Estado, associadas às preocupações com a modernização do sistema viário, enquanto o zoneamento funcional e os planos de urbanização centram-se na questão da oferta de habitação. Estas intervenções visam, por um lado, a resolução da carência habitacional efectivamente assumida como uma *questão social*, e por outro lado, o aumento do património público imobiliário como um factor de desenvolvimento económico.

Para tal, são inicialmente elaboradas propostas segundo o conceito de *habitação social* cuja imagem está associada à ‘casa isolada para uma só família’. A solução correspondente à promoção estatal no sector é adoptada até finais da década de 40, altura em que se verifica uma inflexão nesta postura, passando-se a aceitar que os edifícios destinados a ‘rendas económicas’ pudessem ter até quatro pisos.

Esta evolução - da *habitação isolada* para o *edifício de habitação colectiva* - será consolidada com o planeamento e execução de grandes conjuntos de habitações sociais então desenvolvidos.

Nestes conjuntos o espaço urbano é reordenado segundo as directrizes do urbanismo moderno definidas na *Carta de Atenas* (1933) em que as actividades *trabalhar, circular, habitar e recrear* passam a estar espacialmente consideradas. O percurso então seguido reflecte um processo de actualização cultural de raízes locais, identificando ainda influências da moderna arquitectura brasileira, bem como a revisão dos conceitos racionalistas inicialmente adoptados.

---

<sup>1</sup> Investigadora Pós-Doutoramento – Faculdade de Arquitectura – UTL. E-mail: [tania.ramos@oninet.pt](mailto:tania.ramos@oninet.pt)



Neste contexto interessa analisar o modo como a iniciativa pública assume o planeamento e execução de novas propostas de organização e de desenho da cidade, e que tipo de alterações culturais e sociais se verificam no modo de habitar. Interessa ainda verificar até que ponto as configurações urbanísticas herdadas do Movimento Moderno podem contribuir para o desenho de cidade actual, enquanto solução para as necessidades dos seus habitantes. Esta preocupação foi recentemente referida pela *Nova Carta de Atenas* (2003), apresentada em Lisboa pelo Conselho Europeu de Urbanistas. O documento tem como principal referência, a grande influência que a *Carta de Atenas* assumiu na definição dos aspectos positivos e negativos da forma urbana e da vida quotidiana, associados aos grandes desafios que se colocam à cidade do futuro.

## **As primeiras propostas habitacionais de promoção pública**

Tal como ocorreu um pouco por todas as principais cidades da época, o processo de industrialização que se verificou a partir de meados do século XIX, provocou em Lisboa uma concentração populacional de origem diversificada. A carência habitacional que se fez sentir atingiu proporções elevadas, tendo desencadeado o aparecimento de habitações sem condições mínimas de habitabilidade. Neste contexto e até o final dos anos 20 a participação estatal, pressionada pelos discursos higienistas, rege-se ou pela repressão e demolição das habitações cuja falta de condições de salubridade e higiene é extrema, ou ainda pela definição de medidas de carácter legislativo, que entretanto acabam por apoiar a iniciativa privada e favorecer o sector imobiliário.

Mas se até esta época a actuação estatal se enquadra numa política liberal de facilidades à iniciativa privada, a partir do início da década de 30 esta situação altera-se. Fica claro que o sector privado não é capaz por si só de resolver o problema da habitação social, devendo ser o Estado a responsabilizar-se pela questão. A partir de então a postura do Estado face a questão da habitação altera-se uma vez que já “não se tratava, como até aí se fizera, de esperar que a iniciativa privada acesse ao chamamento do Estado e que, encantada pelas facilidades que este lhe oferecia, iniciasse a construção de umas quantas habitações «económicas»” (Gonçalves, 1978). A legislação de 1933 vem reforçar esta posição ao definir as bases para a construção de *habitações económicas*, destinadas às classes média e operária. Para tal, foi definido como modelo a habitação unifamiliar isolada com um máximo de dois pisos de altura. O modelo formaliza diversos bairros



habitacionais como os bairros sociais do Arco do Cego, da Ajuda, de Caselas, da Madre de Deus, da Encarnação entre outros, construídos entre finais da década de 30 e inícios de 40.

## As inovações de linguagem urbanística e arquitectónica

Será por meio do *Plano Director da Cidade de Lisboa* (1938/ 1948), da autoria de Etienne de Groer que a habitação social passa a ser efectivamente reconhecida como uma questão central no processo de planeamento municipal da cidade. Nesta altura são adoptadas novas soluções tendo como principal objectivo a diminuição dos seus custos: a ‘casa isolada para uma só família’ é substituída pelos modernos ‘edifícios de habitação’.

Adoptando a nova tipologia e sob o impulso de Duarte Pacheco, a Câmara Municipal de Lisboa inicia uma vasta operação de compra de terrenos na periferia da cidade garantindo a sua expansão e direccionando o crescimento da cidade para Norte e para Oriente. Faltava apenas definir o modo como os programas habitacionais seriam implementados, o que vem ocorrer em 1945 com a criação do regime de *Casa de Renda Económica*. Com a definição deste sistema de actuação, as Instituições de Previdência passam a promover diversos programas habitacionais, cujos recursos são em 1946 direccionados também para a habitação social. É então constituída a *Federação das Caixas de Previdência*, principal promotor público de habitação social na altura. A partir de então são definidas as modalidades de cooperação das instituições privadas na construção das casas de renda económica<sup>2</sup>, constituindo uma inovação na gestão urbanística no país.

## O edifício de habitação colectiva no contexto político e cultural existente

Contrariamente ao que ocorre no Porto, onde a habitação colectiva forma-se por adaptações sucessivas da casa unifamiliar burguesa (Fernandes, 1999), em Lisboa a produção desta tipologia decorre de modelos criados de raiz, situados em diferentes zonas da cidade. Apesar de características próprias de estilo, a preocupação simbólica da fachada constitui a principal preocupação dos projectistas que, entre as formas geométricas do *art-déco* e o purismo racionalista do *modernismo* arquitectónico, procuram uma nova linguagem capaz de inserir a arquitectura nas formas internacionalizadas da época,

---

<sup>2</sup> É considerada uma casa de renda económica toda edificação de três pavimentos construída em centros urbanos ou industriais, destinada ao arrendamento ou venda e sendo de iniciativa das sociedades cooperativas e das sociedades anónimas, bem como aquelas destinadas apenas ao arrendamento por entidades anónimas de direito privado, órgãos cooperativos ou de coordenação económica, instituições de previdência social, empresas concessionárias de serviços públicos e empresas industriais.



rompendo assim com a conjuntura eclética vigente. São introduzidas alterações a nível de fachada por meio de uma simplificação do uso de ornamentos, conferindo uma decoração geométrica e superficial numa tentativa de renovação de linguagem que permanecerá ainda além de 1926, altura em que o regime parlamentar republicano é substituído por uma ditadura, reforçada em 1930 pelo conceito de Estado Novo.

“Nos anos a seguir ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, e mesmo logo após a Constituição de 33, a corrente modernista afirmou-se (...) com uma enorme pujança” (Pereira, 1996). Durante o período inicial de ditadura de Oliveira Salazar é possível afirmar que “o novo regime teve uma atitude de indiferença ou de neutralidade em relação à Arquitectura, não procurando interferir num domínio que pertencia naturalmente aos seus criadores” (Pereira, 1996). Este período de consolidação do regime é marcado pela intervenção da primeira geração de jovens arquitectos modernos<sup>3</sup> que ensaiam o novo vocabulário em diversos programas arquitectónicos, “único momento em que se repercute neste país, e quase sem atraso, um movimento de vanguarda internacional, entendido em algumas das suas motivações profundas e não apenas epidérmicas ou de moda” (Portas, 1970).

### **A definição de uma nova linguagem: entre a arquitectura moderna e o estilo ‘português suave’**

Porém, se por um lado os programas modernos são concretizados em obras, por outro lado a inadaptação do vocabulário racionalista às condições do meio irá inflamar os debates já existentes a favor de uma arquitectura ‘nacional’ tendo como bandeira a oposição à arquitectura moderna “designada por internacional ou mesmo de inspiração comunista” (Pereira, 1996). Sem oportunidades para tentar superar os problemas ocorridos, assiste-se então à interrupção deste primeiro ciclo de produção da arquitectura moderna portuguesa.

Com figurinos estilísticos definidos à partida a favor dos valores nacionais, nasce o ‘português suave’ utilizado tanto em obras públicas como em intervenções privadas a partir de 1940, ano de realização da *Exposição do Mundo Português*. A exposição comemorativa do oitavo centenário da nacionalidade marca a “subordinação dos arquitectos portugueses (...) à estilização que se iniciara com a Praça do Areeiro e o repúdio definitivo da corrente

---

<sup>3</sup> Cristino da Silva, Cottineli Telmo, Carlos Ramos, Rogério de Azevedo, Pardal Monteiro, Cassiano Branco e Jorge Segurado.



modernista que dominara os primeiros anos do regime” (Duarte, 1989). A ‘casa portuguesa’ constitui a base ideológica para a exaltação da moradia unifamiliar como modelo habitacional operário, enquanto os edifícios de habitação colectiva destinados a uma classe economicamente abastada, são camuflados por ‘pilastras de cantaria e torreões pontiagudos’, cujos modelos estenderam-se rapidamente por todo o país.

A fase moderna, já existente entre a segunda metade da década de 20 e meados da seguinte, é sufocada pelo Estado marcando um retrocesso no percurso de modernização arquitectónica iniciado, consagrando em 1940 a vitória dos ‘nacionalistas’. Com a vitória dos Aliados sobre o nazi-fascismo em 1945 o panorama arquitectónico apresenta alterações de grande envergadura, culminando em 1948 no *I Congresso Nacional de Arquitectura*, ponto de viragem da produção arquitectónica moderna do país.

## Os primeiros sinais de mudança

É neste quadro que surge o primeiro plano elaborado na sequência do Plano Director da Cidade de Lisboa (1938/ 1948), incluindo grandes áreas destinadas à habitação social de promoção municipal: o *Plano Parcial de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro – Sítio de Alvalade* (1944)<sup>4</sup>, projectado por Faria da Costa. No Plano de Alvalade são utilizados pela primeira vez edifícios de habitação colectiva na habitação social de 4 pisos, substituindo maciçamente, embora não totalmente, o modelo da habitação unifamiliar. “Estes edifícios são pequenos em altura e em largura. A solução de distribuição interior preferida é o ‘esquerdo-direito’. Têm telhado; o telhado de duas águas torna-se uma imagem de marca deste conjunto” (Matos, 2002).

De salientar que o Bairro de Alvalade, projectado em meados dos anos 40 e portanto antes do Congresso de 48, é concebido segundo os conceitos de ‘zoneamento funcional’ e de ‘unidade de vizinhança’ organizado em células. Neste caso porém, apesar da introdução de um novo modo de organização do tecido urbano, permanece a homogeneidade morfológica de cidade tradicional, i.e., permanece a identificação da ‘rua’ como espaço de circulação, independentemente da sua extensão ou largura, permanece o ‘contínuo edificado’, apesar da organização interna da habitação apresentar alterações significativas, e permanecem ainda os ‘logradouros’ como espaços delimitados contíguos à edificação, permitindo verificar que “a urbanização de Alvalade (...) representa por seu turno um

---

<sup>4</sup> Dos 230 hectares de área total 218 foram expropriados ou adquiridos nos termos de decretos de 1938 e 1944.

vector realista, afastado das teses do CIAM mas apegado aos meios operacionais e construtivos disponíveis” (Portas, 1970).

O planeamento do bairro apresenta aspectos inovadores comuns como a integração de habitação e equipamentos colectivos, a concepção de projectos-tipo, a construção de edifícios habitacionais em regime de arrendamento, a venda de lotes urbanos em hasta pública e a divisão da obra em empreitadas, apoiando-se na normalização e na pré-fabricação de elementos construtivos.

Na organização das células<sup>5</sup> que constituem o plano, a tipologia do edifício de habitação colectiva é implantada segundo conceitos da cidades-jardim. Os estudos das habitações são elaborados a partir de 1945 sob a orientação do arquitecto Miguel Jacobetty Rosa e apresentam nove projectos-tipo definidos a partir de *três séries*<sup>6</sup>. Cada série integra *três tipologias* de unidades habitacionais, definidas a partir de um programa base: sala comum, quarto de cama, cozinha, instalação sanitária completa, despensa e roupeiro na circulação interior.

O bairro integra não só o regime de construção das casas de renda económica com recursos da Federação das Caixas de Previdência, como também das casas de renda limitada, de renda livre e ainda cooperativas (Pereira, 1996), porém muitas destas habitações destinam-se à classe média excluída dos regimes anteriormente criados, e que agora podiam optar ou pelo arrendamento ou pela compra da habitação. Para o primeiro caso eram definidas rendas compatíveis com os rendimentos mensais do agregado familiar, e para o segundo caso era adoptado o regime de renda resolúvel apoiado pelo estatuto de propriedade horizontal então regulamentado. Aqui, o que está em causa é a definição de um regime de habitação participada “(...) virado, não já para as populações operárias, mas para as classes médias, cujas carências habitacionais se consideravam como um dado novo da situação (...)” (Pereira, 1996).

Outro exemplo, desenvolvido na cidade do Porto, é o Bairro de Ramalde. Projectado por Fernando Távora em princípios da década de 50, e também da responsabilidade da Federação das Caixas de Previdência. O plano consiste numa “proposta de organização urbana em moldes actuais” (Portas e Cabral, 1960), com uma implantação marcadamente

---

<sup>5</sup> O plano é concebido segundo o conceito de ‘células’ com funções definidas apoiadas por equipamentos colectivos e recreativos diversos. Cada uma das células constitui uma unidade de vizinhança (5000 habitantes), tendo no percurso definido entre *habitação e escola primária* a sua principal referência de dimensionamento.

<sup>6</sup> Correspondendo aos vários escalões sociais das famílias, à introdução de espaços com funções definidas para escritório e para dependências de empregada.





racionalista, rigorosa, dispondo os blocos residenciais na orientação nascente/ poente, perpendicularmente aos principais eixos viários que delimitam a área, enquanto os espaços exteriores são definidos como elemento morfológico unificador do conjunto.

O projecto da Ralmalde, “considerado na época como um ‘antialvalade’, com os seus blocos paralelos separados por faixas verdes e um vocabulário vincadamente racionalista” (Pereira, 1996), do início da década de 50, rompe com a estrutura morfológica do quarteirão, implantando de modo racional os edifícios habitacionais e inserindo novos conceitos na organização da habitação.

### **A influência da arquitectura moderna brasileira e a contribuição da iniciativa privada**

A homogeneidade morfológica de Alvalade será entretanto rompida em finais da década de 40, com a inserção das primeiras propostas segundo os pressupostos racionalistas, cujas características formais e construtivas permitem a sua identificação relativamente ao conjunto edificado envolvente, i.e., o seu reconhecimento ao nível da cidade.

A partir do Congresso de 48 que começam a ser desenvolvidas diversas obras “inspiradas no Movimento Moderno, sobretudo através de projectos encomendados por organismos dispondo de uma certa autonomia relativamente ao aparelho estatal” (Pereira, 1996). Ou seja, logo após a intervenção de Alvalade, os princípios modernos passam a ser adoptados pela iniciativa privada que desenvolve novas propostas de ocupação urbana, embora de dimensões urbanísticas reduzidas – os *conjuntos habitacionais*.

Para isto contribuem as novas disposições dos volumes construídos. Surge então uma variedade de projectos, uns ocupando extensas áreas urbanas e outros explorando a justaposição entre habitação e espaços para os usos sociais ou comunitários no âmbito privado dos blocos habitacionais. Este percurso evolutivo ocorre de modo coerente com as influências racionalistas internacionais. Ou seja, as oportunidades para a afirmação de um vocabulário moderno são aproveitadas, dando origem a novas soluções desenvolvidas segundo o contexto político e económico da época. As novas formas de organização do espaço urbano apresentam relações físicas inovadoras entre espaço exterior e edificação, diferenciando-se daquelas até então existentes, entre o edifício moderno e o lote inserido em tecido urbano tradicional.



Para tal contribuem as soluções brasileiras desenvolvidas que exploram conceitos como a valorização do espaço público, a definição de novas soluções arquitectónicas, a incorporação de algum equipamento colectivo, e a padronização da construção. Estas realizações inserem-se num processo de reflexão e de produção colectiva sobre a habitação que chega a Portugal inicialmente por meio da publicação de Phillip Goodwin (1943), *Brazil Builds – Architecture New and Old 1652-1942*. Fonte documental, apresentada através de plantas dos projectos, fotos e textos, que projecta no plano internacional obras construídas da nova arquitectura brasileira, realizadas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir de então, os “elementos-chave do vocabulário brasileiro passaram a ser utilizados pelos jovens arquitectos portugueses: quebras-luzes, cobogós (em Portugal com o nome de grelhagens), pilotis, concreto aparente, empenas cegas, superfícies curvas tornaram-se sinais identificadores de uma segunda fase da arquitectura moderna em Portugal” (Pereira, 1996).

### **Os conjuntos habitacionais**

A questão do novo modo de morar passa então a corresponder a *conjuntos habitacionais* que difundem a valorização do espaço público e a introdução de equipamentos colectivos urbanos e serviços destacando a noção de ‘vizinhança’.

A sua formalização implicou em definir um novo modo de concepção dos espaços de habitar numa escala mais alargada, estabelecendo uma relação de complementaridade entre as ‘dimensões mínimas’ do interior doméstico e dependência funcional criada entre e os espaços e equipamentos colectivos e serviços, i.e., entre a habitação individual e a escala urbana colectiva. Este aspecto relaciona-se com as exigências multifuncionais subjacentes às áreas urbanas planeadas.

Os edifícios habitacionais modernos, que até agora se limitavam a explorar as relações de implantação entre construção e lote urbano, passam a constituir elementos de composição de áreas urbanas funcionalmente organizadas. Estas soluções formalizam os modernos conjuntos habitacionais, definidos como conjuntos de edificações que apresentam homogeneidade urbanística e arquitectónica relativamente à área urbana envolvente, inseridos em tecido urbano cujo traçado é definido por um plano de expansão da cidade. É neste contexto que se inserem no Bairro de Alvalade diversos conjuntos habitacionais de características modernas, salientando-se o exemplo que, para além de ter



sido inicialmente desenvolvido em termos cronológicos, caracteriza-se pela reconhecida influência brasileira.

### **O Conjunto Habitacional das Estacas**

Planeado em 1949 por Formozinho Sanchez e Ruy d'Athouguia, o Conjunto Habitacional '*das Estacas*' (Figura 1) é marcado pela influência da moderna arquitectura brasileira (Almeida e Fernandes, 1986). O conjunto rompe com a unidade morfológica do 'quarteirão' implantando os blocos sobre pilotis (estacas) perpendicularmente ao eixo viário principal. Aí percorrem-se 'vias' de acesso aos 'blocos' de três pisos sob pilotis implantados perpendicularmente aos arruamentos. Com esta disposição, os espaços livres entre os blocos constituem um conjunto com grandes espaços verdes, devidamente ajardinados, não mais privatizados em logradouros fisicamente delimitados, enquanto o uso dos pilotis passa a permitir a circulação pedonal.

Esta inserção no tecido urbano ocorre entretanto, de modo gradual, i.e., apesar do conjunto habitacional estar perifericamente inserido na área afecta ao Plano de Alvalade, e apesar da unidade arquitectónica existente ao nível estético nos blocos, existe uma transição entre o edifício de quatro pisos, característico no bairro, e o moderno bloco sobre pilotis. Os projectos dos blocos que delimitam o conjunto apresentam o piso térreo ocupado pelo comércio. Porém, enquanto no núcleo do conjunto edificado permite livre acesso ao nível dos pilotis, os edifícios perifericamente situados actuam como uma barreira física não permitindo o seu atravessamento.



Figura 1: Conjunto Habitacional das Estacas

O partido arquitectónico dos blocos é definido de um modo claro, marcado pela simplicidade, porém não isento de subtilezas. Sem a utilização de elevadores e uma vez que a caixa de escadas não deveria ultrapassar o quarto andar, os blocos integram unidades duplex nos dois últimos pisos. Deste modo soluciona-se a relação entre altura e circulação

vertical, e introduz-se uma tipologia, que segundo os autores, nesta época era praticamente inexistente na cidade. A forma pura do bloco em paralelepípedo é alcançada pelo prolongamento da face superior da edificação que permite encobrir o sistema de cobertura utilizado constituído por laje protegida por uma segunda cobertura em Lusalite, enquanto as fachadas são marcadas pela diversidade de planos obtidos pela presença de varandas e de paredes vazadas (grelhagens) existentes nas áreas de serviço. Nestes blocos, as unidades habitacionais simples apresentam uma tripartição funcional bem definida conferindo ao vestíbulo de entrada uma supremacia no controlo de acessos entre os sectores social, privativo e de serviço, que não ocorre com as unidades duplex, onde o acesso ao andar superior (sector privativo) é realizado por meio do sector social (sala comum localizada no piso inferior). O projecto é premiado na Bienal de São Paulo de 1954, recebendo no mesmo ano, o Prémio Municipal de Arquitectura em Lisboa. Após este, outros conjuntos habitacionais de características modernas são realizados no Bairro de Alvalade.

### **Conjunto Habitacional da Avenida Infante Santo**

Localizado numa via em declive direccionada para o rio Tejo, e reflectindo mais uma vez as influências da arquitectura moderna brasileira, o conjunto habitacional projectado pela equipa constituída por Alberto Pessoa, Hernani Gandra e João Abel Manta (Pereira, 1996) é Prémio Municipal de Arquitectura em 1956. O conjunto assenta sobre uma base sobrelevada em relação a esta mesma via (Figura 2). Este embasamento é constituído por comércio com acesso directo ao nível da rua, sendo o desnível existente entre a Avenida Infante Santo e o conjunto de edificações, vencido por meio de escadas de betão armado de grandes extensões apoiadas em muros de suporte revestidos por painéis de azulejos decorativos.

É constituído por cinco blocos de oito pisos assentes sobre pilotis implantados racional e perpendicularmente à via. Cada bloco integra vinte e quatro unidades habitacionais duplex cujo acesso social é feito por meio de três elevadores servindo duas habitações por piso, enquanto o acesso de serviço é garantido por uma galeria interior de acesso comum a todas as unidades do piso. Na cobertura dos blocos encontram-se áreas individuais cobertas destinadas aos ‘estendais’ de cada unidade habitacional, a habitação de ‘porteiro’ e um espaço comum dos condóminos. Apesar de apresentarem programas funcionais semelhantes, as unidades habitacionais apresentam variações em termos de dimensões e de organização espacial. Em todas as unidades os sectores - social e serviço



localizam-se no piso inferior e o privativo no superior, situando a escada de acesso interna, ou contígua ao vestíbulo de entrada da habitação ou inserida na circulação entre os dois sectores do piso inferior permitindo ainda assim uma independência de percursos.



Figura 2: Conjunto Habitacional da Avenida Infante Santo

## Os programas de intervenção pública de grande escala

Após a experiência realizada ao nível dos conjuntos habitacionais de promoção privada, surgem a possibilidade de formalização de *programas integrados de planeamento urbano*, de iniciativa pública, concebidos e realizados segundo a aplicação e revisão dos conceitos racionalistas.

Com os novos programas, o espaço do habitar moderno persiste na noção de ‘vizinhança’ já iniciada na escala anterior, apostando nas relações físicas e sociais estabelecidas entre as unidades habitacionais, o equipamento comunitário e o espaço colectivo envolvente, de modo a promover a complementaridade de funções definidas pelo espaço da vida privada (restrito à unidade habitacional) e pelo espaço de uso público (equipamentos colectivos e serviços).

Ao período de generalização dos novos métodos de racionalização da construção corresponde a experimentação de novos programas arquitectónicos concentrando no tema da habitação a sua preocupação social. Com base neste programa ensaiam-se novas soluções formais. A produção de uma nova concepção da habitação aponta para a racionalização construtiva e para o papel social da arquitectura onde o edifício de habitação colectiva em altura passa a ser considerado como solução para o problema da habitação de uma sociedade de massas.

A partir do final dos anos 50 surgem então novas oportunidades de aplicação dos conceitos racionalistas em Lisboa, através de operações integradas de promoção pública de grande escala. O conceito de habitação integrada, em que a habitação não é só o fogo, mas

também todo o espaço urbano envolvente, seus equipamentos e etc., será inicialmente aplicado no Bairro dos Olivais Norte (1955-58) e posteriormente alargado aos Bairros dos Olivais Sul (1960), Chelas (1964) e Telheiras (1973), localizados a Oriente e a Norte do tecido da cidade.

### **A aplicação do ideário moderno**

O *Plano dos Olivais Norte* (Figura 3) é iniciado em 1955 no Gabinete de Estudos de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, e concluído em 1959 no então constituído Gabinete Técnico de Habitação, após a publicação do DL 42454 de Agosto de 1959. O plano evidencia uma ruptura com a prática urbanística até então utilizada, constituindo a primeira grande realização em Lisboa de um plano concebido segundo os princípios expressos na Carta de Atenas (Almeida, 1964). Os elementos morfológicos da cidade tradicional (a rua, a praça e o quarteirão) são substituídos pela implantação livre da massa edificada num espaço livre ajardinado (edifícios isolados) e pelos princípios de distribuição de funções diferenciadas segundo tipos de actividades (zoneamento funcional).

A construção das habitações é da responsabilidade de instituições públicas e de uma percentagem limitada de promotores privados<sup>7</sup>. Segundo imposições definidas no DL nº 42 454, os fogos são distribuídos por quatro categorias de habitações - categorias I, II, III e IV - definidas em função do custo do terreno urbanizado, dos preços de construção por m<sup>2</sup>, e dos escalões de rendas mensais. Mais tarde foi acrescentada uma quinta categoria (RH) destinada ao realojamento de população oriunda de favelas. A concepção dos edifícios habitacionais apresenta uma variação de formas e dimensões, materiais e métodos construtivos. Estes edifícios são implantados de forma livre em relação aos arruamentos, levando em consideração a orientação solar.

A sua estrutura morfológica da área apresenta uma reduzida superfície ocupada pela rede viária e estacionamento (cerca de 16%), em benefício das zonas habitacionais e espaços livres (cerca de 62% da área total) da célula<sup>8</sup>. Apenas um reduzido número de vias principais mantém alguma continuidade com a cidade. As vias de acesso local são

---

<sup>7</sup> As entidades eram constituídas pelas Instituições de Previdência Social, Fundo das Casas Económicas, Serviços e Instituições de Interesse Público, Serviços Sociais das Forças Armadas, Cooperativas de Habitação e promotores privados (indústria de construção civil). Os organismos de previdência social eram responsáveis por grande parte da construção, em que cada organismo público promotor de habitação poderia estabelecer as normas próprias para reduzir custos, como a dimensão do fogo, os equipamentos, as características de construção e etc.

<sup>8</sup> O plano dos Olivais Norte é designado como 'Célula A' no Plano dos Olivais.

claramente evidenciadas permitindo identificar o arruamento principal de circulação como a ‘espinha dorsal’ do plano, a partir do qual é feito o acesso a ‘qualquer ponto da célula’.



Figura 3: Plano dos Olivais Norte (maqueta)

### A revisão dos conceitos modernos

Construído na sequência dos Olivais Norte, o *Plano dos Olivais Sul* (Figura 4) reflecte a aplicação da urbanística moderna, embora por meio da revisão dos seus princípios elementares de ordenação morfológica aplicados numa estrutura celular. O plano insere novas formas de agregação dos edifícios habitacionais com acesso em galerias e espaços colectivos comunitários em diversos núcleos do bairro. Estes núcleos concentram o equipamento exigido para a satisfação das exigências quotidianas da população residente.

Construído na sequência dos Olivais Norte e ao abrigo do DL 42 454/ 59, a área de 186,6 ha afecta ao Plano dos Olivais Sul reflecte as ideias urbanísticas modernas, embora procure uma revisão dos seus princípios elementares de ordenação morfológica passando pela revisão da Carta de Atenas com ‘semi-ruas’ e quarteirões, até o ‘urbanismo realista’ dos anos 60, com prédios em galerias e espaços colectivos (Fernandes, 1994).

Da autoria de Rafael Botelho e Carlos Duarte, o plano organiza as zonas habitacionais, com base numa estrutura celular hierarquizada<sup>9</sup>. Para o efeito a malha urbana foi subdividida em células<sup>10</sup>, com base no número de habitantes e num quadro geral

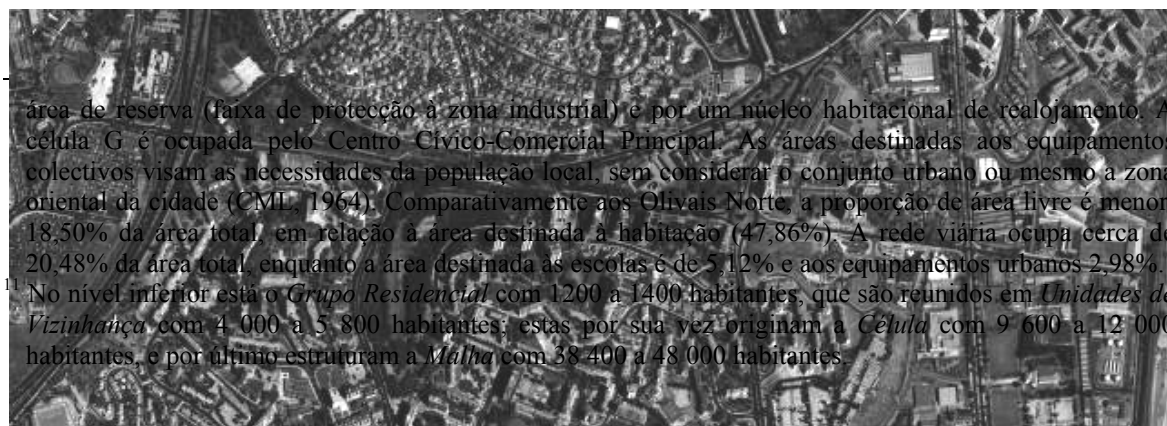
<sup>9</sup> Segundo Lôbo (1998) a realização do plano abandonou a experiência acumulada em Alvalade, embora tenha sido usado o conceito de ‘célula’ utilizado por Faria da Costa, e tenha-se mantido a participação de um maior número de entidades na construção do plano e uma ampla distribuição na encomenda de projectos.

<sup>10</sup> No programa dos Olivais a malha é formada por seis células, e destas apenas quatro (B, C, D, E) destinam-se directamente à habitação. A célula F é constituída em grande parte pelo cemitério dos Olivais, por uma



de equipamentos e serviços ajustados a quatro escalas urbanas<sup>11</sup>. As inovações referem-se à estrutura da área urbana, através do conceito das "unidades mínimas de vida", implantadas em torno de um núcleo que concentra todo o equipamento exigido para a satisfação das exigências quotidianas do conjunto. Baseada no princípio da integração social através do equilíbrio conseguido pela coexistência das diferenciações e não pela separação destas, a estrutura urbana hierarquizada previa a integração das quatro categorias habitacionais. Mas apesar da malha ter sido organizada em função de 'células', na prática, este critério nem sempre é seguido, indicando uma subdivisão geográfica resultante do traçado das vias principais, adoptada na simplificação do projecto do bairro. Este desacerto entre o dimensionamento determinado na base teórica e a prática é justificado pela tentativa de se evitar a criação de núcleos totalmente segregados, levando-se em consideração a população a que era dirigido o bairro, e as quatro categorias de rendas distribuídas por quatro diferentes camadas sociais em função da legislação que possibilitou a sua realização. Entretanto, a mistura indiscriminada de categorias também deveria ser evitada, sendo criados, segundo a Memória Descritiva do Plano (CML, 1964), pequenos núcleos de categorias afins formando dois grupos principais, um constituídos pelas categorias I e II, e outro pelas categorias III e IV, tendo os equipamentos colectivos a finalidade de proporcionar a integração dos núcleos das respectivas células.

A morfologia do bairro é caracterizada por diferentes formas de agregação dos edifícios, permitindo reconhecer os espaços exteriores de permanência, através dos quais são identificadas configurações físicas com características tradicionais delimitando 'frentes' de ruas que se assumem como elementos definidores de percursos pedonais. A diversidade tipológica, e a ausência de uma malha urbana unificadora farão com que a área seja caracterizada por pesquisas isoladas (Portas, 1998). O estacionamento ao longo do passeio foi substituído por bolsas e impasses com acesso pelos arruamentos locais, cujas dimensões foram definidas conforme a Memória Descritiva, consoante as categorias de habitação.



área de reserva (faixa de protecção à zona industrial) e por um núcleo habitacional de realojamento. A célula G é ocupada pelo Centro Cívico-Comercial Principal. As áreas destinadas aos equipamentos colectivos visam as necessidades da população local, sem considerar o conjunto urbano ou mesmo a zona oriental da cidade (CML, 1964). Comparativamente aos Olivais Norte, a proporção de área livre é menor, 18,50% da área total, em relação à área destinada à habitação (47,86%). A rede viária ocupa cerca de 20,48% da área total, enquanto a área destinada às escolas é de 5,12% e aos equipamentos urbanos 2,98%.

<sup>11</sup> No nível inferior está o *Grupo Residencial* com 1200 a 1400 habitantes, que são reunidos em *Unidades de Vizinhança* com 4 000 a 5 800 habitantes; estas por sua vez originam a *Célula* com 9 600 a 12 000 habitantes, e por último estruturam a *Malha* com 38 400 a 48 000 habitantes.



Figura 4: Plano dos Olivais Sul

### **A recuperação dos conceitos morfológicos tradicionais**

No Plano de Chelas (Figura 5) a prática funcionalista é rejeitada e a revisão formal dos conceitos racionalistas é marcada por ideias urbanísticas inovadoras. A habitação é organizada em altas densidades com uma distribuição linear estruturada segundo plataformas sobrelevadas de circulação e acesso, galerias e pisos vazados, de modo a liberar áreas livres, assim como áreas destinadas aos equipamentos colectivos.

Tal como os Olivais Norte e Olivais Sul, o Plano de Chelas é realizado segundo o Decreto-Lei 42 454, e a sua área abrange 510 ha planeada para uma população de 55 000 pessoas. Marcado por uma topografia acidentada, o plano está estruturado ao longo do vale central, organizado segundo cinco zonas habitacionais autónomas (ocupando 318 ha da área total, da qual 140 ha destinada exclusivamente à habitação) constituídas por diferentes categorias habitacionais. A prática funcionalista é aqui rejeitada e a revisão formal dos conceitos racionalistas é marcada por ideias inovadoras de produção urbanística.

A habitação é organizada em altas densidades de modo a liberar áreas livres bem como áreas destinadas aos equipamentos colectivos. O espaço habitacional apresenta uma distribuição linear<sup>12</sup> estruturada segundo plataformas sobrelevadas de circulação e acesso, galerias e pisos vazados e unidades habitacionais de uma única categoria (Zona J), segundo

---

<sup>12</sup> Seguindo o modelo de Toulouse-le-Mirail, de Candilis.

diferentes formas de quarteirão (Zona N1), ou ainda garantindo uma certa liberdade de intervenção, seja em edifícios isolados, seja em conjuntos edificados (Zona N2). Em todas as zonas fica clara a ideia de criação de conjuntos unitários que apresentam autonomia e de espaços colectivos que possam ser facilmente identificados ao nível geral, conferindo ao espaço exterior o carácter colectivo associado ao grupo e não somente ao indivíduo, não aplicada em operações posteriores.

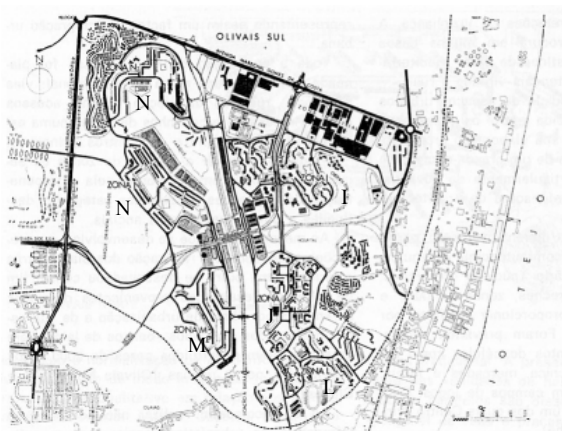


Figura 5: Plano de Chelas

### A substituição da morfologia urbana moderna

Já a proposta do *Plano Pormenor de Telheiras* (Figura 6) combina conceitos modernos (implantação livre dos edifícios habitacionais e uso de pilotis) e tradicionais de cidade (continuidade da massa edificada e da delimitação da ‘rua’ e do ‘quarteirão’), marcada por alterações pontuais introduzidas ao longo do processo de consolidação.

O Plano de Telheiras de 1973/74 (63,5 ha) elaborado pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa - EPUL<sup>13</sup>, sob a responsabilidade dos Arquitectos Pedro Vieira de Almeida e Augusto Pita, está estruturado em células que integram diferentes tipologias habitacionais, permitindo identificar conjuntos edificados consoante as suas características morfológicas e funcionais<sup>14</sup>. A Norte do plano situa-se a área correspondente a *Telheiras Norte* (35,5 ha)<sup>15</sup>. A localização das actividades é definida pela integração de funções: habitacionais, comerciais e de serviços, ocupando estas últimas os níveis térreos dos

<sup>13</sup> Órgão promotor e gestor da urbanização, gozando de capacidade financeira própria, usando os processos de financiamento correntes no mercado.

<sup>14</sup> Salienta-se que às células 6 e 7 correspondem dois quarteirões constituídos por habitações unifamiliares dos anos 20, formalizando na época o conceito de Bairro Jardim. Para a integração da nova malha na cidade consolidada foi proposto um esquema de ‘notação espacial’ que consistiu na definição de informações de orientação aos vários projectistas envolvidos, de modo que a composição final pudesse conferir ao espaço urbano o carácter de ‘envelhecimento acelerado’, evitando-se o desenraizamento formal característico dos novos bairros.

<sup>15</sup> A área de Telheiras Norte combina edifícios habitacionais e bandas de habitações unifamiliares geminadas. Mais recentemente foram construídos edifícios habitacionais para realojamento.

edifícios habitacionais localizados em locais atractivos dentro da malha do bairro, sendo alguns estrategicamente localizados nas esquinas dos quarteirões. A complementaridade e integração entre as funções habitacionais, comerciais e de serviços coadunam com a característica residencial da área, marcada por uma malha de acessibilidade hierarquizada e alternativas de trajectos pedonais que lhe confere uma forte acessibilidade em termos de núcleo central. A estrutura viária principal constitui o seu ordenamento, delimitando a massa edificada e permitindo o acesso às edificações. Os percursos pedonais ora coincidem com a estrutura viária principal, ora permitem diferentes alternativas na malha urbana, não estando finalizado o percurso pedonal desnivelado inicialmente previsto no PPT, embora estejam construídas as entradas/saídas deste mesmo trajecto. A capacidade do bairro define a mais elevada densidade bruta usada, nos últimos anos, em promoções públicas de habitação, cerca de 227 habitantes/ ha<sup>16</sup>.



Figura 6: Plano de Telheiras

## Considerações finais

Os princípios racionalistas do Movimento Moderno introduziram alterações culturais e sociais no modo de habitar a cidade e o espaço quotidiano doméstico que se prolongaram até a contemporaneidade. Os novos programas habitacionais passam a considerar o modo

---

<sup>16</sup> Segundo Gonçalves (1972) as densidades utilizadas em outras intervenções públicas na cidade atingem valores inferiores. Destaca-se Alvalade com (196hab/ha), Olivais Norte (212,5hab/ha), Olivais Sul (198hab/ha) e Chelas (108,4hab/ha).



como as actividades quotidianas da população residente estão espacialmente organizadas, enquanto a solução do edifício de habitação colectiva passa a ser correntemente utilizada como modelo de ocupação racional do solo urbano. A nova tipologia insere a habitação na urbanística moderna caracterizando a estrutura urbana actual.

Esta situação é ainda caracterizada pela actuação da *iniciativa pública na questão habitacional*, que entre outros aspectos – como a construção em série e a implantação livre - amplia a escala de intervenção, passando a considerar a necessidade de habitação para grandes números populacionais. Com estas intervenções, o *habitar* passa a ter um grau de abrangência até então inexistente, inserindo uma complementaridade entre habitação e equipamentos colectivos. Passa-se a associar a habitação a estudos sociológicos e dados estatísticos, económicos e climáticos, o que vai permitir uma completa renovação do programa habitacional.

Neste contexto verifica-se que as áreas habitacionais apresentadas definiram tendências actuais no modo de organizar o quotidiano doméstico e nos tipos de relações sociais estabelecidas. A diversidade tipológica produzida e o modo descontínuo com que estes edifícios se inserem no território, associados a uma racionalização viária hierarquizada, caracterizam soluções espaciais definidas segundo os princípios do Movimento Moderno. A partir dos novos conceitos adoptados, as soluções apresentadas determinaram um padrão no modo de habitar independente da sua localização geográfica. Este padrão está associado às relações de complementaridade funcional definidas através da localização diferenciada de tipos de actividades distintas. Os modos de organização espacial contribuíram de forma significativa para a formação de uma identidade urbana colectiva.

Verifica-se assim a existência de um percurso de aplicação dos conceitos morfológicos de cidade que se inicia com os elementos morfológicos tradicionais, passando pela utilização de princípios modernos, para novamente vir a ser substituído por princípios de implantação de malha urbana tradicional. Ou seja, a evolução dos espaços de habitar em Portugal permite identificar situações de ruptura e de permanência segundo o ideário moderno adoptado.

Actualmente, as morfologias do Movimento Moderno tendem a ser substituídas por outras que procuram evitar excessos ao nível da descontinuidade da massa edificada, da racionalidade viária, da escala dos espaços exteriores e do zoneamento funcional. Neste sentido, as novas propostas de planeamento habitacional devem ser ajustadas, em cada

caso, a partir dos acertos ou erros com que as soluções estudadas foram realizadas, visando a sua adaptação às necessidades presentes e futuras em todas as fases de organização do espaço. Nisto consiste o processo de planeamento do território defendido recentemente na Nova Carta de Atenas (2003), um processo político que visa atingir um equilíbrio entre interesses públicos e privados, visando a identidade local e um ambiente urbano que ofereça qualidade de vida no modo de habitar e no modo de funcionamento da cidade.

## Bibliografia

- ALMEIDA, P. V. e FERNANDES, J. M. (1986) *História da Arte em Portugal. A arquitectura moderna*. Vol. 14. Alfa, Lisboa.
- CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS (2003) *Nova Carta de Atenas*, Lisboa.
- DGOTDU (1994) *Cidades Europeias Sustentáveis*. Síntese do Primeiro Relatório, Grupo de Peritos de Ambiente Urbano na Comissão Europeia, Ministério do Planeamento e da Administração do Território.
- DUARTE, C. (1989) *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Trama, Lisboa.
- FRANÇA, J. A. (1991) *A arte em Portugal no século XX, 1911-1961*. Bertrand Editora, 3ª Edição, Lisboa.
- FERNANDES, F. B. (1999) *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: A forma da casa na forma da cidade*. FAUP Publicações, Porto.
- FERNANDES, J. M. (1994) *Anos 60. Anos de ruptura. Arquitectura portuguesa nos anos sessenta*. Livros Horizonte, Sala do Risco, Lisboa.
- FERNANDEZ, S. (1988) *Arquitectura Portuguesa: 1930-1974*. Dissertação de Agregação ao Curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes do Porto em 1985, FAUP.
- GONÇALVES, F. (1972) *A Propósito do Plano de Chelas - Urbanizar Construir para Quem?* Edições Afrontamento, Porto.
- \_\_\_\_\_. (1978) *A Mitologia da Habitação Social. O Caso Português*. Cadernos da Habitação do Território.
- GOODWIN, P. (1943) *Brazil Builds – Architecture New and Old 1652-1942*. MoMa, Nova Iorque.
- LÔBO, M. S. (1998) *Cultura Urbana e Território in Arquitectura do Século XX – Portugal*, Deutsches Architektur – Museum Frankfurt am Main/ Centro Cultural de Belém – Lisboa, pp. 111-116.



- MATOS, M. M. C. (2002) *Construção em Altura na Habitação Social Portuguesa: o imprevisto da sustentabilidade*, NUTAU 2002, USP, São Paulo.
- MONTANER, J. (2001) *A Modernidade Superada. Arquitectura, arte e pensamento do século XX*. Editorial Gustavo Gili, Barcelona.
- PEREIRA, N. T. (1979) *Evolução das formas de habitação plurifamiliar na cidade de Lisboa*.
- \_\_\_\_\_. (1996) *Escritos (1947-1996, selecção)*. FAUP, Publicações, Porto.
- PORTAS, N. (1970) 'A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação', in ZEVI, *História da Arquitectura Moderna*, Vol. I, Ed. Arcádia, Lisboa.
- PORTAS, N. e CABRAL, B. C. (1960) 'O Novo Conjunto Habitacional da Pasteleira. Nota em torno das realizações portuenses', in *ARQUITECTURA* nº69, Novembro/Dezembro 1960.
- RAMOS, T.L.B. (2003) *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os Casos Português e Brasileiro*, Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior Técnico, Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Portugal.